

## A questão das mensalidades escolares

JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO

Procurador de Justiça/Coordenador  
CENACON/MPSP

Embora a questão ora suscitada tenha merecido preocupações no passado, é no período dos últimos quatro anos que se tem apresentado com maior agudeza e, em alguns casos, até com seqüelas traumáticas para pais e alunos de escolas particulares, como nos episódios de retenção de documentos no caso de discordância relativa ao pagamento de encargos educacionais considerados abusivos ou ilegais, proibição de entradas em salas de aula, ameaças de expulsão, utilização de discriminação de locais para alunos cujos pais tenham ingressado com medidas judiciais ou então de crachás vexatórios etc.

E, com efeito, a cada “plano de estabilização econômica”, de que decorre uma aparente instauração de ordem, seguem-se períodos dos mais confusos em todos os setores da economia, não fugindo a essa regra, por óbvio, a tormentosa questão das mensalidades escolares de estabelecimentos de ensino da rede particular, sobretudo quando da saída dos sucessivos congelamentos e criação ou extinção de índices econômicos. Senão, vejamos.

### “Plano Cruzado I”

1. Logo após o advento dos Decretos-leis n.ºs 2.283 e 2.284 (vide “Reforma Econômica”, APMP/PGJ-SP, 1986), sobreveio o Decreto n.º 92.504 que tentou disciplinar a questão, inclusive com a edição de cartilha pelo Ministério da Educação.

Todavia, quando do “descongelamento” geral de preços, começou a balbúrdia: embora reconhecendo que a questão era da alçada dos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Federal de Educação a fixação e reajustamento dos chamados “encargos educacionais”, o Ministério da Educação, a título excepcional, editou as Portarias n.ºs 4 e 5, de janeiro de 1987, reforçadas pelo Decreto n.º 93.893/87, por força dos quais os ditos encargos foram reajustados em 35%, mais 15%, estes dependendo de acordo entre o corpo discente das escolas e as entidades mantenedoras.

2. Ao mesmo tempo, todavia, foi editado o Decreto n.º 93.911/87, que regulamentou o Decreto-lei n.º 532/69, o qual continuou a reger, quisessem alguns ou não, até sua expressa revogação pela Lei n.º 8.170/91, a fixação e reajuste de mensalidades.

3. Como as entidades mantenedoras não se conformassem com tal estabelecimento de regras excepcionais, de um lado, e regulamentadoras, de outro, começaram a propugnar pela solução radical, alegando que haviam experimentado prejuízos com o "Plano Cruzado", ou seja, a liberação total dos encargos educacionais, sob a roupagem de uma chamada "liberdade vigiada" ou "sistema de preços acompanhados".

4. A idéia frutificou, sobretudo em São Paulo, por exemplo, onde o respectivo Conselho de Educação editou a Deliberação n.º 07/87, estabelecendo-se o mencionado "sistema de preços acompanhados", o que equivaleu, em última análise, a que as entidades mantenedoras fixassem unilateralmente seus preços, havendo um controle *a posteriori* com relação a eventuais abusos pelo mesmo Conselho de Educação, e não *a priori*, ou seja, sob o império do Decreto-lei n.º 532/69, e deliberações nele fundadas, segundo as quais cada Conselho de Educação é que fixava um determinado percentual de aumento, a cada período estabelecido, cabendo então a cada entidade mantenedora de estabelecimento de ensino insatisfeita pedir reajustes maiores ou suplementares, desde que comprovasse sua necessidade e de acordo com a exibição de dados demonstrativos (planilhas de custos).

5. E à vista de tão flagrante desrespeito à lei, e atendendo a representação da Secretaria de Defesa do Consumidor, o Ministério Público, por intermédio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Consumidor, ingressou com a competente ação civil pública (Proc. n.º 435/87 — 5.ª Vara da Fazenda Pública da Capital), com preceito cominatório de obrigação de fazer, ou seja, de que o Conselho Estadual de Educação efetivamente fixasse e reajustasse os encargos educacionais, e não delegasse tal atribuição ilegalmente às próprias mantenedoras, contando o feito com o acompanhamento do Doutor Sérgio Araújo Prado Jr., então em exercício na 6.ª Curadoria de Ausentes e Incapazes da Capital.

6. O Juízo então concedeu liminar no sentido de, provisoriamente, fixar um reajuste para o 1.º semestre de 1987 da ordem de 119,06%, mesmo porque nada havia sido fixado pelo Conselho Estadual de Educação, como lhe competia, estabeleceu-se um vácuo de incerteza para os pais e alunos.

7. Referido percentual, em verdade, englobava os 35% + 15% das Portarias n.ºs 4 e 5/87 do Ministério da Educação e Decreto n.º 93.893/87, bem como o dissídio dos professores então já julgado, sobretudo porque a edição da Deliberação n.º 07/87 fora tardia (maio/87), tudo devido a mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo que disputava com outro similar uma vaga na chamada "Comissão de Encargos Educacionais" (CEN-CEE), órgão auxiliar do Conselho Estadual de Educação, e especialmente no sentido de avaliar a questão das fixações e reajustes das mensalidades.

8. A final foi a ação julgada procedente, tendo-se declarado nula a Deliberação n.º 07/87-CEE, ao mesmo tempo em que se cominou ao Conselho de Educação a obrigação de fixar percentual de reajuste compatível como lhe competia fazer desde o início, sob pena de prevalecer o que havia sido fixado *initio litis* (art. 641 do Código de Processo Civil).

9. E efetivamente tal mandamento foi cumprido, mediante as Deliberações n.ºs 17 e 20/87-CEE, de outubro de 1987.

10. Houve recurso por parte de algumas entidades mantenedoras que se haviam habilitado como litisconsortes passivos, tendo o Tribunal de Justiça, porém, desconhecido os apelos por manifesta ausência de interesse de agir, mesmo porque o objeto já fora plenamente atingido, tendo advindo recurso extraordinário com arguição de relevância, ainda pendente de julgamento.

11. Centenas de mandados de segurança, medidas cautelares, consignatórias em pagamento e ações civis públicas foram ajuizadas, e ainda continuam a sê-lo, em manifesto prejuízo até ao próprio ensino, como é evidente, colocando em verdadeiro "pé de guerra", de um lado os pais e alunos, e de outro algumas mantenedoras que se rebelam renitentes e refratárias a qualquer tipo de fixação dos encargos, notadamente as que seguem orientação do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (SIEESP).

### "Plano Bresser"

Seguindo-se a trilha cronológica dos fatos ora narrados e no rastro dos mencionados "planos de estabilização econômica", não foi diferente a verdadeira epopéia que se seguiu ao chamado "Plano Bresser", de junho de 1987 (Decreto-lei n.º 2.335/87 e outros que o foram modificando), e dentro do qual se tentou regulamentar a matéria mediante a edição de portarias, inclusive de molde a reconhecer-se o acerto da decisão judicial de São Paulo (Portaria n.º 398/87 do Ministério da Educação, Portaria n.º 261/87 do então Ministério da Fazenda e Portaria n.º 165/87 da SUNAB).

À aparente tranquilidade, porém, seguiu-se novo período de turbulências.

1. E, com efeito, em fevereiro de 1988, quando o mesmo plano estava já esgotado, sobreveio o Decreto n.º 95.720/88, em meio ao qual novamente surgiu a idéia de se estabelecer a "liberdade vigiada" dos encargos educacionais.

2. Curvando-se à verdadeira cruzada e mobilização popular, tendo também o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor se manifestado a respeito, mediante resolução específica, sobreveio o Decreto n.º 95.921/88 que revogou o anterior, cujo único mérito, entretanto, foi o de abrir a possibilidade de acordos entre o corpo discente e as mantenedoras, e desde que devidamente homologados pelo respectivo Conselho de Educação.

### "Plano Verão — 1989"

1. Em janeiro de 1989, como se sabe, sobreveio novo "plano de estabilização econômica", batizado desta feita de "Plano Verão", mediante a Medida Provisória n.º 32/89, que se transformou na Lei n.º 7.730, de 31.01.89, e conseqüente "congelamento geral de preços", inclusive nos "serviços de educação".

2. À saída do mesmo plano, porém, e subseqüente "descongelamento", a situação não foi diferente da dos demais "planos".

3. E, com efeito, nova "liberdade vigiada" foi adotada no tocante às mensalidades escolares, mediante a Portaria n.º 140, de 20.06.89, do então ainda Ministério da Fazenda.

E isto de forma bastante sutil, porquanto embora aludisse a um percentual de reajuste para junho/89 em torno de 30%, acabou por admitir a apresentação de planilhas de custos, a partir das quais as entidades mantenedoras já podiam cobrar os encargos educacionais, cabendo uma eventual fiscalização *a posteriori* dos

Conselhos de Educação, apenas em caso de "comprovado abuso, órgãos tais sabidamente desaparelhados para tal análise, mensalmente, de milhares de planilhas de custos, mas certamente não para a fixação e reajustamento de encargos e fiscalização a priori de pedidos de aumentos suplementares se sobretudo quiser contar com a máquina fiscalizadora da Secretaria de Educação (Decreto Estadual n.º 7.510, de 29.01.76), e desde que obviamente essa a tanto se disponha.

4. Diante da nova problemática, entendemos por bem, na qualidade de Coordenador das Curadorias de Proteção ao Consumidor do Estado de São Paulo, e membro do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça, encaminhar representação a esse último organismo, cujo presidente era o Doutor João Batista de Almeida, Procurador da República, sobretudo com vistas ao ajuizamento, desta feita pelo Ministério Público Federal, de ação civil pública, porque se tratava de um ato administrativo do Ministério da Fazenda.

5. E, com efeito, foi ajuizada ação naquele sentido, sobrevivendo liminar no sentido de estabelecer-se o índice provisório e apenas como parâmetro 144,06% (índice para o Distrito Federal), ao mesmo tempo em que se determinou aos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Federal de Educação que fixassem os percentuais de reajustes, ou seja, como sempre se fazia à luz do Decreto-lei n.º 532/69.

Especificamente no Estado de São Paulo, e com efeito, sobrevieram duas Deliberações nesse sentido: a) Deliberação CEE n.º 10/89 e b) a Deliberação n.º 11/89, que acabaram por definir não apenas os índices a partir de julho de 1989, como também o critério para futuros aumentos.

6. De ressaltar-se ainda que o art. 12 da Deliberação n.º 11/89 proibiu a vinculação das matrículas a qualquer tipo de contrato.

Tal aspecto assume relevância especial, se se tiver em conta que o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo engendrou e fez até mesmo registrar em Cartório de Títulos e Documentos da Capital contrato-padrão, em última análise de adesão, contrariando frontalmente as normas que regem a educação, sabendo-se que, em última análise, embora certamente sejam os serviços de educação regidos por verdadeiros contratos entre as mantenedoras, de um lado, e pais e/ou alunos, de outro, regem-se por normas específicas, aperfeiçoando-se, em última análise, pelo requerimento de matrícula e adesão, isto sim, ao regimento interno da escola, tudo visto e examinado por um Supervisor de Ensino.

7. Para coibir-se tal abuso, novamente o Ministério Público, já que oficiando-se no Conselho Estadual de Educação na época nada foi providenciado, por intermédio do mencionado Centro de Apoio Operacional das Curadorias do Consumidor e Curadoria da Capital, ingressou com ação civil pública, distribuída ao Juízo da 15.ª Vara Cível.

8. No caso foi deferida medida liminar no sentido de determinar-se ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo que desse conhecimento pela imprensa da proibição de firmarem as escolas tal contrato-tipo, sob pena de pagamento de multa por dia de atraso no cumprimento.

Quanto às escolas, estipulou-se multa relativa ao valor de cada contrato que viesse a ser firmado em desobediência àquela determinação, sem prejuízo de processo-crime por constrangimento ilegal, crime contra a economia popular, de desobediência, conforme a hipótese concreta.

## Questão das liminares e outras ações

1. Quanto à ação movida pelo Ministério Público Federal contra a Portaria n.º 140/89, foi recentemente julgada procedente pelo Juízo da 3.ª Vara da Justiça Federal em Brasília.

2. Quanto à ação retomada, também acabou sendo julgada procedente pelo Juízo da 15.ª Vara Cível de São Paulo.

Ocorre, porém, que antes disso a referida liminar *initio litis* fora suspensa por via de liminar em mandado de segurança impetrado pelo mencionado sindicato conferida pela 4.ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, o que possibilitou não apenas que as escolas, em sua grande maioria, firmassem os indigitados contratos, como também impusessem aumentos com base em suas cláusulas, sobretudo aumentos com base em BTN's, multas de 10% no caso de pagamentos com atraso, possibilidade de expulsão de alunos em razão de simples atrasos no pagamento de mensalidades etc.

Também por via de liminar em mandado de segurança o Tribunal de Justiça conferiu efeito suspensivo à apelação interposta pelo sindicato das escolas, com o que continua a aconselhar as escolas que utilizem os contratos, agora já em novas versões, de molde a não fazê-las incidir nos efeitos da r. sentença anulatória do contrato-padrão, mormente para o ano de 1991.

3. Em face disso, e já no ano de 1990, diversas ações foram propostas pelos Promotores de Justiça com atribuições de Curadoria do Consumidor, na Capital e Interior, desta feita contra as próprias escolas, com ou sem o contrato-padrão, desde que este fosse diferente do que estava *sub judice*.

Os Juízes de primeira instância, sensíveis ao problema iminente, invariavelmente, com raras exceções, concederam medidas liminares, no sentido de fazer sustar os aumentos ilegais, liminares essas, porém, suspensas novamente por outras liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça, ora pela 3.ª Vice-Presidência, ora pela 4.ª Vice-Presidência, com o argumento de que "as escolas poderiam experimentar prejuízo", e não os pais e alunos.

4. Em decorrência dessas decisões, os Promotores de Justiça, já que as ações tinham efeito cominatório de obrigação de fazer, e os atos que se visava obstar já foram praticados por força das liminares do Tribunal, estão pedindo a sua extinção, cabendo o único consolo aos pais e alunos de eventualmente ajuizar ações de repetições de indébito.

## "Planos Collor 1 e 2"

1. Com a posse do novo governo em 15.03.90, a respeito das mensalidades escolares foi editada a Medida Provisória n.º 176, cujo objetivo foi, em primeiro lugar, estabelecer que com relação aos encargos educacionais até março de 1990, prevaleceriam as regras anteriores de fixação, ou seja, no caso do Estado de São Paulo, as Deliberações n.ºs 10 e 11/89 do Conselho Estadual de Educação para as escolas de 1.º e 2.º graus, e a Resolução n.º 03/89 do Conselho Federal de Educação para as escolas de 3.º grau.

Em abril/90 o critério seria o mesmo de março, e a partir de maio/90 as mensalidades deveriam obedecer, quanto aos reajustes, os dos salários.

2. A Medida Provisória n.º 183, de 27.04.90 e a Lei n.º 8.039, de 30.05.90, que a aprovou, mantiveram o mesmo critério da Medida Provisória n.º 176, de 1990.



6. Importante salientar-se, ainda no âmbito da mencionada Lei n.º 8.039/90 que seus dispositivos, sobretudo no que concernia à apresentação de planilhas pelos estabelecimentos de ensino, foram regulamentados pela Portaria n.º 348, de 25.06.90, do Ministério da Economia e Portaria SUNAB n.º 42/90, de 9.07.90, dadas a conhecer por comunicados do Conselho Estadual de Educação como o de n.º 09, publicado no D.O.E., Sec. I, de 14.08.90, pág. 20, inclusive com modelos de planilhas (D.O.E., Sec. I, de 3.04.90, pág. 14).

7. Em 13.08.90, foi editada a Medida Provisória n.º 207, que estabeleceu "regras para a livre negociação de reajustes das mensalidades escolares", repetida pela M.P. de n.º 223, de 13.09.90, cuja tramitação foi bem resumida por reportagem da "Folha de S. Paulo", a seguir transcrita (edição de 18.09.90, pág. D-8).

#### "A NEGOCIAÇÃO PASSO A PASSO"

1. A escola deve convocar a livre negociação com, no mínimo, dez dias de antecedência à primeira reunião.

2. Se houver na escola uma associação de pais organizada, basta que a escola remeta convite por escrito à entidade. Se não houver, deve haver convocação para assembléia geral de pais, através de edital na imprensa e através de uma carta circular.

3. Participam da reunião representantes da escola e dos pais ou alunos (no caso de 3.º grau).

4. Quando não houver associações de pais, não houver quórum para instalação de assembléia geral de pais — 50% mais um — ou não for possível chegar a uma definição na negociação, a escola pode recorrer a associações estaduais de pais e alunos.

5. Durante a reunião, a escola deve apresentar um plano de custo, livros de matrículas e relação dos bolsistas.

6. A escola propõe um índice de reajuste que deve ser discutido e votado pelos pais ou alunos. O prazo para a conclusão da negociação é de dez dias.

7. Se a negociação for feita pela associação de pais da escola, o acordo pode ser anulado em cinco dias através de uma assembléia de pais e alunos. Se não houver quórum — 50% mais um — na assembléia, continua valendo o acordo feito com a associação de pais.

8. Caso haja recusa ou omissão por parte dos pais ou associações que os representem, a escola pode recorrer ao Ministério da Economia, para solicitar autorização para aumento.

1. A escola pode escolher como representantes pessoas que não participem da administração?

Sim. A escola pode escolher livremente seus representantes legais, assim como os alunos.

2. Como os pais devem proceder para montar uma associação?

Devem reunir um grupo e registrar em cartório uma ata com a intenção de formar a entidade, já com a composição da diretoria e o estatuto provisórios. A diretoria provisória convoca uma assembléia para todos os pais. Nessa reunião é eleita a diretoria definitiva e aprovado o estatuto. A ata dessa reunião também é registrada no cartório.

3. Uma associação de pais externa pode negociar em nome dos pais ou alunos da escola?

Sim, mas só depois que não for possível negociar com associações de pais da escola ou em uma assembléia com 50% dos pais, mais um.

4. Como os alunos elegem seus representantes se não houver na escola centro acadêmico?

A escola é obrigada a convocar eleições para escolha de três representantes de cada curso que ela oferece. Representantes da escola não participam da escolha.

5. O que os alunos devem fazer no caso de a escola convocar para negociar sem cumprir dez dias de antecedência?

Não devem negociar e devem reunir documentos que provem que a convocação foi feita menos de dez dias antes da primeira reunião. Devem enviar à escola uma carta pedindo aumento do prazo. Nenhum acordo feito sem que sejam cumpridas as regras estabelecidas na medida provisória é válido.

6. Como é possível anular um acordo feito entre escola e uma associação que represente os pais?

Através da convocação de uma assembléia geral de pais — com pelo menos 50% dos pais mais um. Uma ata da reunião deve ser registrada em um cartório e entregue à escola. A medida provisória não prevê anulação de acordos realizados por alunos de 3.º grau.

7. A quem os alunos podem recorrer caso não tenham condições de analisar o plano de custos apresentado pela escola?

Podem pedir orientação a associações de pais municipais ou estaduais.

8. Que fazer quando os preços cobrados pela escola na convocação da livre negociação já forem superiores aos homologados pelo Conselho Estadual de Educação ou pelo Conselho Federal de Educação?

A medida provisória estabelece que os preços base para negociar devem ser os homologados pelos conselhos. Os pais podem estudar se querem negociar a partir de um preço maior. Caso contrário, podem recorrer à Sunab.

9. O que acontece quando a negociação não é definida no prazo de dez dias estipulado na medida provisória?

A escola pode abrir um novo processo de negociação com os pais, ou recorrer ao Ministério da Economia.

Fonte: Curadoria de Defesa do Consumidor e Associação Intermunicipal de Pais e Alunos".

8. Duas novas Medidas Provisórias, de n.ºs 244, de 12.10.90 e 265, de 14.11.90, de forma geral, com pequenas alterações, reeditaram a anterior, dando ênfase à livre negociação de mensalidades escolares, o que na prática, todavia, se revelou muito pouco eficaz, em decorrência não apenas da recalcitrância de muitas escolas, como também de complicado processo que previa inclusive, como visto acima, um "juízo arbitral", de difícil aplicação, muito embora muitas escolas, no sério propósito de cumprir a lei, tivessem percorrido o iter determinado, chegando-se a um apaziguamento dos ânimos.

#### Sistema vigente

1. Pondo fim à longa série de edição de Medidas Provisórias a respeito de mensalidades escolares, sobreveio outra, de n.º 290, de 17.12.90, "estabelecendo regras para a fixação de encargos educacionais".

2. A Lei n.º 8.170, de 17.01.91, finalmente, aprovou a retromencionada medida provisória, sofrendo seu art. 2.º, a seu turno, modificação pelo art. 14 da Lei n.º 8.178, de 1.º.03.91, sendo hoje as regras estabelecidas as seguintes, em síntese:

a) de acordo com seu planejamento pedagógico e econômico-financeiro, cada estabelecimento de ensino, 45 dias antes do início letivo, fixa suas mensalidades, divulgando os respectivos valores;

b) em caso de discordância, inicia-se "processo de negociação", no prazo de 10 dias, a contar da data da publicação ou postagem da proposta do estabelecimento;

c) são legitimados para abrir a negociação qualquer pai ou responsável por matriculados no estabelecimento, desde que apoiado por no mínimo 10% de outros pais, associação de pais da escola, ou associação estadual de pais, ou ainda sua federação nacional, exigindo-se no caso de associação de pais da escola integração de no mínimo 40% deles; já a estadual, por no mínimo 40% das associações de pais;

d) não havendo consenso, cabe recurso à instância administrativa, em primeiro lugar, e em segundo lugar à instância judicial, nos termos do art. 5.º, inc. XXXV da Constituição Federal;

e) a "instância administrativa" de que fala a Lei n.º 8.170/91, é exercida pela Delegacia do Ministério da Educação em cada Estado, mais particularmente por "comissão de encargos educacionais", composta, paritariamente, por três representantes indicados pelos sindicatos dos estabelecimentos particulares e por três representantes indicados pelas associações estaduais de pais, ou por três representantes dos diretórios acadêmicos no caso de estabelecimento de ensino superior e será presidida pelo delegado do referido órgão federal.

f) persistindo ainda impasse, estará encerrada a "instância administrativa", "cabendo às partes recorrer ao Poder Judiciário", que deverá apreciá-lo em rito sumaríssimo;

g) diz ainda o § 7.º do art. 1.º da mencionada lei que "a decisão retroage seus efeitos à data do efetivo recebimento dos valores pela instituição de ensino e as diferenças serão compensadas, devidamente corrigidas, nos meses subseqüentes.

### Reajustes de mensalidades

Fixada a mensalidade amigavelmente, ou então pela autoridade administrativa, ou ainda judicialmente, ela somente poderá ser reajustada, nos termos do disposto no art. 2.º da Lei n.º 8.170/91, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 8.178/91:

a) até 70% do índice de reajuste concedido à categoria profissional predominante na instituição de ensino em decorrência de lei, decisão judicial, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

b) no mês de agosto de cada ano, até 30% da variação do INPC entre os meses de janeiro e julho e, excepcionalmente, em 1991, até 30% da variação do INPC entre os meses de março e julho.

### Nova ação civil pública proposta pelo Ministério Público de São Paulo

No final do mês de abril de 1991, novamente o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado, mediante matéria paga tipo edital, fez saber *urbe et orbi*, que as 6.000 escolas a ele filiadas, ou ainda que não filiadas, poderiam cobrar aumento

da ordem de 26,46% sobre a mensalidade cobrada em abril, índice esse que não se refere nem à variação do INPC, nem a reajuste de professores, embora se alegue que esse índice seria a eles repassado.

Na verdade esse índice se refere à acumulação da TR (taxa referencial), que como sabido não é índice de preços, mas taxa referencial para juros, desde que se trate de encargos financeiros.

Aliás foi nesse sentido recente liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de ação direta de inconstitucionalidade de lei ajuizada por partido político, em que se repudia a incidência da TRD (taxa referencial diária) para efeito da cobrança de imposto sobre a renda.

Em face desse novo abuso, a Curadoria de Proteção ao Consumidor da Capital ingressou perante o Juízo da 23.ª Vara Cível da Capital com nova ação civil pública em face do aludido sindicato, visando à comunicação, de sua parte, de que tal cobrança é ilegal, e que poderá suscitar a repetição do indevidamente cobrado pelos pais de alunos matriculados nas escolas que representa (*ex vi* do disposto no inc. III do art. 8.º da Constituição Federal), bem como ações penais contra os responsáveis (art. 6.º, I e II da Lei n.º 8.137, de 27.12.90).

Deferida liminar, foi ela suspensa por força de nova liminar da 4.ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, entendendo uma vez mais as "escolas poderiam experimentar prejuízo".

Pedido de reconsideração foi indeferido, aguardando-se decisão sobre o mérito do pedido.

### Autoridades competentes

Como já asseverado noutro passo, embora haja autoridades competentes para o devido equacionamento da questão ora analisada (i.e., a Delegacia do Ministério da Educação — Lei n.º 8.170/91; SUNAB — "idem" e Lei Delegada n.º 4/62; Secretaria de Educação do Estado — Decreto Estadual n.º 7.510/76, art. 2.º, VI e X), não se observa qualquer medida de sua parte.

A tutela do consumidor, como se sabe, se faz em três âmbitos (*in* nosso "Manual de Direitos do Consumidor", Editora Atlas S.A., S.P., 1991, capítulo 5):

a) administrativo — quando os órgãos públicos incumbidos da fiscalização de certas atividades, como os retromencionados, assim como os de vigilância sanitária, efetivamente praticam os atos de seu ofício, quer prevenindo, quer punindo abusos;

b) civil — no ajuizamento de medidas judiciais, ou mesmo antes, obtenção de compensações no âmbito de inquéritos civis, de uma reparação de danos ao consumidor, ou cessação de atividade nociva, quando falha ou inoperante a tutela administrativa;

c) penal — na punição dos responsáveis por delitos contra as chamadas "relações de consumo".

### Do ensino privado

Nos pleitos envolvendo estabelecimentos de ensino, e particularmente a cobrança de encargos educacionais, invariavelmente se argüi que o ensino é livre à iniciativa privada, sendo igualmente livre a composição de seus custos e, em contrapartida, os sobreditos encargos, interpretando-se erroneamente o disposto



pelo art. 209 da Constituição da República que, aliás, nenhuma novidade trouxe com relação às Constituições anteriores.

E, com efeito, referido artigo reza que "o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I. cumprimento das normas gerais da educação nacional; II. autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público".

Ora, consoante a lição do saudoso Hely Lopes Meirelles (in "Direito Administrativo Brasileiro", Editora R.T., 13.<sup>a</sup> edição, págs. 330 e 331), ao tratar dos serviços permitidos, concedidos e autorizados pelo Poder Público, "todos são modalidades de serviços delegados ao particular, apenas por formas e com garantias diferentes — a concessão é delegação contratual, e, modernamente, legal; a permissão e a autorização constituem delegações por ato unilateral da Administração; aquela, com maior formalidade e estabilidade para o serviço; esta, com maior simplicidade e precariedade na execução".

Além disso, continua, "o serviço permitido é executado em nome do permissionário, por sua conta e risco, mas sempre nas condições e com os requisitos pré-estabelecidos pela Administração permitente, que controla e em toda a sua execução, podendo nele intervir quando prestado inadequadamente aos usuários; o início e o fim da intervenção devem ser precedidos dos respectivos termos circunstanciados".

Desta forma, se o poder concedente delega ao particular uma atividade que lhe é própria, resulta claro que pode exigir condições para o seu desempenho.

Não é outro o entendimento, aliás, da jurisprudência, como no acórdão encontrado na R.T. 640/103-105: "Sendo a Educação dever do Estado, sua difusão por estabelecimento particular deve ser considerada como delegada pelo Poder Público; assim, a autoridade definida como coatora para fins de mandado de segurança será seu administrador, conforme o disposto no § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 1.533/51."

Sem qualquer razão, pois, o argumento de que o estabelecimento de ensino particular pode cobrar o quanto queira.

Assim fosse, e por força de argumentação, cada empresa de ônibus de transporte urbano poderia ao seu alvedrio cobrar tarifa diferente da fixada pelo Poder Público concedente.

### Legitimidade do Ministério Público para as ações propostas

Outro argumento invariavelmente levantado pelos estabelecimentos de ensino, e sobretudo por seu sindicato, é no sentido de que o Ministério Público não poderia ajuizar ações contra si, já que o relacionamento jurídico é essencialmente privado e individual, isto é, de cada estabelecimento de ensino com cada pai e/ou aluno.

Na Apelação Cível n.º 102.437-1, a 6.<sup>a</sup> Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento a recurso da Curadoria do Consumidor de São José do Rio Preto para afastar a ilegitimidade do Ministério Público.

Já em outra Apelação Cível, de n.º 108.046-1, também da Comarca de São José do Rio Preto, porém, a 3.<sup>a</sup> Câmara do Tribunal de Justiça manteve a ilegitimidade do Ministério Público.

Referidos casos, anote-se, julgados ainda sem levar em conta o disposto no inciso III do art. 129 da Constituição Federal, ainda levavam em conta o interesse difuso.

Hoje, sobretudo diante do disposto no art. 81 do Código de Defesa do Consumidor, não há mais se falar em apenas interesse difuso, mas também no coletivo, e até nos interesses individuais homogêneos de origem comum, tratados também coletivamente.

Assim é que, embora certamente cada aluno tenha um relacionamento jurídico individualizado com o estabelecimento de ensino respectivo, variando inclusive as mensalidades de série para série, a verdade é que é interesse coletivo, por que indivisível, que todos, invariavelmente, não se submetam a cobranças ilegais ou abusivas.

Pende ainda de recurso extraordinário junto ao Supremo Tribunal Federal, caso de ilegitimidade do Ministério Público em ação civil pública movida pela Curadoria do Consumidor de Itapira em face de colégio particular local (R.E. n.º 136.199-SP, 2.<sup>a</sup> Turma, Relator Ministro Célio Borja).

### Conclusões

Em conclusão, o Ministério Público tem-se desdobrado na sem dúvida tormentosa questão, mas espera que as autoridades administrativas igualmente atuem, sob pena de se tornar letra morta toda a legislação em torno da mesma.

Por outro lado, de nada adiantam os provimentos jurisdicionais, já que tardios, como foi o caso das dezenas de ações ajuizadas em 1990, em que eventuais sentenças a essa altura, com preceito cominatório, seriam inócuas.

Além disso, não se observa que as Associações de Pais, notadamente as de maior representatividade, no âmbito estadual, ou mesmo o PROCON, que dispõem da mesma legitimidade que o Ministério Público, ou então a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tenham proposto ações semelhantes, muitas das vezes preferindo recambiar as reclamações que lhe chegam ao próprio Ministério Público que, como ressaltado, não tem como única preocupação a tutela de pais e alunos do ensino privado, não obstante sua importância, prioridade, aliás, para 1991.